

Imigração Italiana na Cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1920)

MARIA IZABEL MAZINI DO CARMO

*

I. Apresentação

O presente artigo tem por objetivo apresentar um panorama da presença italiana no nas freguesias centrais do Rio de Janeiro nos anos da Grande Imigração (1870-1920)

¹.

O foco do trabalho será mapear onde estes italianos estão localizados através de fontes quantitativas como os Censos de 1872 a 1920. Mesmo que possam apresentar alguma deficiência em sua constituição por se tratar de um período proto-estatístico, eles, certamente, apresentam a tendência demográfica e migratória do Rio de Janeiro.

O passo seguinte será a busca pelos locais de sociabilidade e inserção social e econômica destes imigrantes, como seus ofícios e associações a que estivessem ligados.

Muitos poucos historiadores estudaram os imigrantes italianos no Rio de Janeiro; em sua maioria, focam os estudos em São Paulo e nas regiões sulinas. Entretanto, ao contrário da idéia predominante no imaginário social, a imigração italiana para o então Distrito Federal foi substancial, sendo o quarto maior grupo estrangeiro na cidade, em 1872, e o segundo, em 1906 e em 1920.

II. O Estado Italiano à Época da Grande Imigração

Neste tópico, torna-se essencial que, primeiramente, ressalte-se – como nos chama a atenção João Fábio Bertonha (2005) – que não é possível compreender a Itália fora da longa duração, da mesma forma que é evidente a influência da questão geográfica na história da península. Cabe lembrar que, subsequente aos anos de ouro do Império Romano, a península italiana foi ocupada por diversos povos – como

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

¹ Cabe lembrar, portanto, que eles estarão presentes nas freguesias mais afastadas e nas rurais desde 1872. Campo Grande, sobretudo, vai contar com presença substancial destes imigrantes que, inicialmente, em 1872, contava com 04 indivíduos (0,23% do contingente geral de italianos na cidade do Rio) e, em 1920, contará com 524, correspondendo a 2,39% do total.

franceses, gregos, etruscos, bizantinos, germânicos, espanhóis etc. – transformando-se, assim, numa terra riquíssima e heterogênea culturalmente falando.

Obviamente é também preciso destacar a força da Igreja Católica no território italiano e que esta foi, inclusive, forte elemento para a consolidação do Estado Nacional, quando não exaltada como um dos princípios da “italianidade”.

Segundo Hobsbawm (2008), a construção dos Estados Nacionais, antes de qualquer coisa, é uma questão política. Além disso, o próprio processo da construção da nação já pode ser encarado como opressor, evidenciando o conflito entre diferentes grupos podendo ser destacado o de classes.

No caso italiano, mesmo que tenha contado com figuras populares como Giuseppe Garibaldi, observa-se que este país foi unificado, sobretudo, pelas elites e pelas classes médias urbanas – como intelectuais –, muitas vezes reprimindo os levantes populares, que ocorriam principalmente contra o domínio austríaco dos Habsburgo, na região Norte. O processo unificador deu-se a partir do único Estado independente da península no início do século XIX, a Sardenha-Piemonte, que se empenhou numa luta de elites visando a englobar o restante da península ao seu território.

A exclusão dos populares causou um sério problema cultural no país que foi a difusão da nacionalidade italiana entre os nativos, uma vez que mal haviam participado da luta pela unificação e que a grande maioria continuou às margens da cidadania italiana. Deste modo, as identidades locais, culturais e de classe sobressaíam à nacional. Daí explica-se a célebre frase do piemontês Massimo d’Azeglio (1792-1866) citada por Bertonha (2005: 56): “*Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos.*”.

A conjuntura de conflito e opressão mediante o processo unificador fica clara quando analisamos a questão da língua a partir do momento em que se escolhe um idioma falado para ser o oficial e se subjugam aos outros a condição de dialeto. O florentino – idioma que dispunha de maior prestígio à época – era falado por apenas 2,5% da população, mas foi considerado “o italiano” à época da unificação.

Mesmo na pós-unificação, a antiga nobreza italiana continuou presente e atuante, além de ter concentrada em suas mãos boa parte das riquezas do país. Adiciona-se a tanto o fato da monarquia continuar instituída e dispor de grande força política. Por último, é preciso lembrar a exclusão política à qual estava submetida a maioria esmagadora dos italianos já que se exigia a alfabetização para votar, além da intensa

pobreza no Sul favorecer o clientelismo. Conclui-se, assim que a Itália, na época liberal, não viveu um típico liberalismo.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado é o eterno conflito entre Norte – mais europeu e mais rico – e Sul – mais mediterrâneo e mais pobre. Desde antes da unificação, os meridionais sofriam intenso preconceito já que eram visto como inferiores, bárbaros e mesmo “doentes”.

O novo Estado Italiano empenhou-se em impor um sentimento de nacionalidade italiana em seus cidadãos. Nesta lógica, ressaltamos a importância que o princípio educativo, a imprensa e também o exército dispuseram, atuando como aparelhos privados de hegemonia. Para tanto, o Estado recorreu a medidas legislativas para a disseminação, do uso da língua italiana e mesmo para o estímulo do sentimento de nacionalismo italiano. Esta postura ocorreu pós-1860 e foi fortificada no fascismo.

A Itália, em fins do XIX, contava com 60% dos seus trabalhadores concentrados, ainda, no campo, levando em conta que 80% desses não possuíam terras. Ademais, 80% dos 22 milhões de italianos era analfabeto. Este era o perfil do italiano quando da unificação. Mesmo em 1910, apenas 11% dos italianos viviam em cidades (BERTONHA, 2005: 121-127).

Outro fator que merece ser ressaltado é o crescimento quase que desenfreado da população italiana à época; em 1880, a Itália contava com 28 milhões de habitantes contra 36 milhões, em 1914 (BERTONHA, 2005: 84).

Adiciona-se a esta conjuntura as sobretaxas às quais os camponeses pobres estavam submetidos como à do trigo, cujo não pagamento resultaria no confisco destas pequenas propriedades; entre 1875 e 1881, foram confiscadas 61.831 e, entre 1884 e 1901, 215.759. Ademais, de 1886 a 1900, 70.774 terras foram vendidas devido a dívidas. (TRENTO, 1989: 31-32)

Sendo assim, a Itália vivia um período tenso e turbulento para os camponeses e trabalhadores pobres. Logo, não nos é estranho que esta fosse a época da “Grande Emigração” – êxodo este que não foi contido pelas elites dirigentes e locais por muitos acreditarem que ela seria benéfica para o Estado Italiano, afinal, garantiria menos conflitos internos e mais paz.

Na América, o principal destino destes italianos era os Estados Unidos e, em seguida, a Argentina. O Brasil destacou-se como terceiro maior receptor destes imigrantes, atraindo sucessivas levas desde o século XIX até a I Guerra Mundial.

III. Imigração italiana para o Rio de Janeiro

O fenômeno migratório é antigo na história italiana; desde épocas remotas artesãos, intelectuais, artistas eram chamados para trabalhar em cortes de países vizinhos bem como camponeses e comerciantes deslocavam-se buscando melhores terras para o plantio ao longo do ano ou vendendo e comprando artigos e produtos.

Entretanto, as ondas migratórias de 1870-1920 tinham características distintas das acima apresentadas, primeiramente, dado o período histórico em que se encontram, ou seja, o capitalismo concorrencial caminhando para um tipo de capitalismo baseado na formação de monopólios.

A própria Revolução Industrial vivida no Norte da Europa em fins do XVIII e na primeira metade do século XIX já causou fluxos migratórios italianos; a industrialização italiana ocorreu mais tardiamente e fortaleceu-se a partir da unificação. Este novo quadro econômico afetou em muito o social uma vez que muitos camponeses e artesãos faliram dada a impossibilidade de concorrer com os industriais.

Como já apresentado, os fatores de expulsão eram muitos, mas os de atração também foram importantes. Bertonha (2005) comenta que se não houvesse uma constituição de um mercado mundial de trabalho no período em questão, a imigração em massa não teria sido possível. Desse modo, o referido autor completa a argumentação dizendo que o fim da escravidão nas antigas colônias européias nas Américas, a difusão da sociedade industrial pelo mundo, a constituição de Estados independentes americanos e a busca por “civilizá-los” com os brancos europeus foram os principais fatores que possibilitaram os números impressionantes de imigração européia em geral.

Estes italianos eram, em sua esmagadora maioria, trabalhadores braçais, mesmo que alguns tenham emigrado por outros motivos tidos como mais nobres. A princípio, tinham o plano de retornar à Itália e muitos o fizeram, mas a maioria acabou por ver seus projetos frustrados, fixando-se na nova terra.

De 1870 a 1920, o Rio de Janeiro viveu intensa transformação não apenas pela mudança de Capital Imperial para Distrito Federal, mas também pelas políticas públicas que buscavam vesti-lo à européia, modernizando a cidade, alavancando a especulação imobiliária.

As sucessivas reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro como as comandadas por Barata Ribeiro, Pereira Passos, Paulo de Frontin e mesmo Carlos Sampaio – com a emblemática derrubada do Morro do Castelo – não apenas mudaram a estrutura urbana, mas, principalmente a questão econômica e social. Neste aspecto, as políticas públicas deste recorte temporal – alavancadas pela especulação imobiliária – possuíam caráter segregador, já que expulsavam os mais pobres das regiões centrais para as mais afastadas – sobretudo para bairros que cresciam às margens das linhas férreas na zona norte.

Evidentemente que os italianos, em sua maioria indivíduos humildes, sofreram com tais políticas. Observamos nos recenseamentos de 1872 ao de 1920 que estão maciçamente concentrados nas freguesias centrais e, aos poucos, vão se dispersando para a zona norte, mesmo que continuem, majoritariamente naquelas.

Este processo contribuiu para a expansão da malha urbana e foi responsável pelos altos números do crescimento demográfico que se demonstra, a seguir, no gráfico 01 e na tabela 01. Observamos que, insere-se também nas condições de saúde que fizeram cair a taxa de mortalidade infantil e não apenas, à alta imigração e migração interna.

Gráfico 01. O crescimento do Rio de Janeiro em habitantes (1870 – 1920):

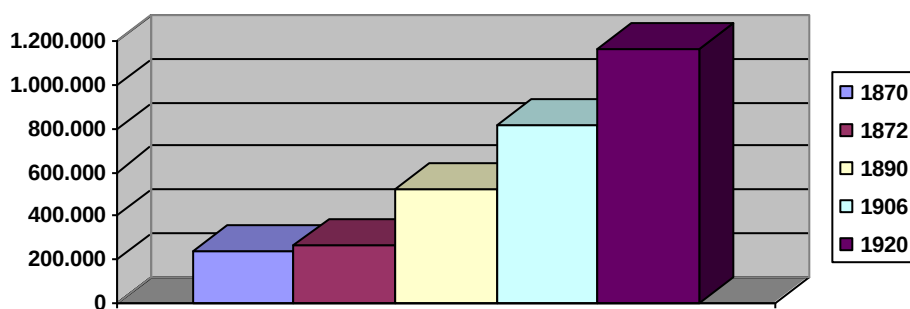


Tabela 01. O crescimento do Rio de Janeiro em habitantes (1870-1920)

1870	1872	1890	1906	1920
235.381	266.831	522.651	811.443	1.157.840

Desde 1870, o Rio de Janeiro contava com substancial número de imigrantes, fossem os portugueses, fossem os africanos ou mesmo outras nacionalidades. Em 1872, os estrangeiros já representavam 31,59% dos habitantes. Esse percentual é 23,48%, em 1906 e 20,65%, em 1920.

Tabela 02. Estrangeiros e Italianos no Rio de Janeiro (1872 – 1920)

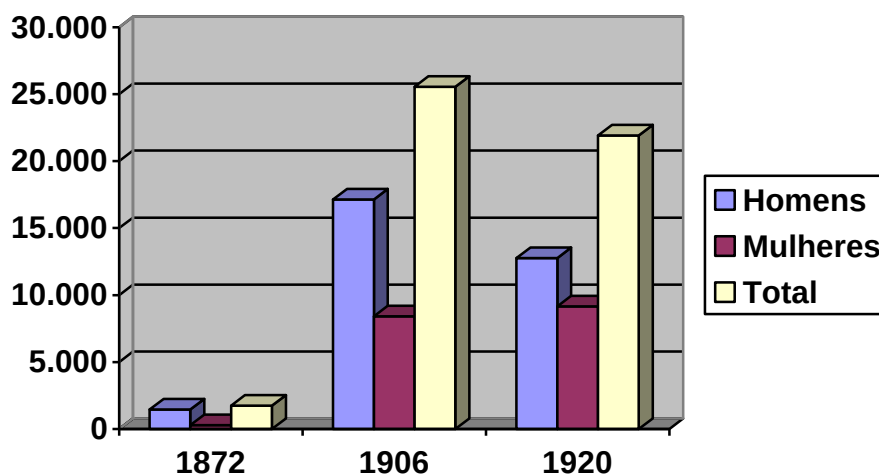
	Estrangeiros	Italianos	% entre os habitantes	% entre os estrangeiros	% entre os estrangeiros excluindo portugueses
1872	84.279	1.738	0,65%	2,06%	6,13%
1906	190.514	25.557	3,15%	13,41%	33,14%
1920	239.131	21.929	1,89%	9,17%	32,83%

Observamos que a presença do imigrante italiano no então Distrito Federal era considerável. Ademais, a quantidade destes indivíduos é continuamente crescente de 1872 a 1906. Porém, de 1906 a 1920, apesar do crescimento total dos habitantes do Rio, o de italianos decresce.

Outro elemento que é curioso observar é o fato de, primeiramente, estes italianos serem majoritariamente homens jovens, chegando a ser mais que o dobro das mulheres entre a idade de 15 a 50 anos, em 1906, além de, no referido ano, serem, sobretudo, solteiros. Além disso, até 1906, esses italianos são, em grande parte, analfabetos.

Já, em 1920, o número de homens quase se iguala ao de mulheres e a maioria estará casada, portanto, conclui-se que formaram famílias. Um indício disto é o grande número de italianos naturalizados, em 1920, que chega a 355. Por fim, neste ano, a taxa de analfabetismo entre os peninsulares cai.

03. Homens e mulheres italianos no Rio de Janeiro (1872 – 1906)



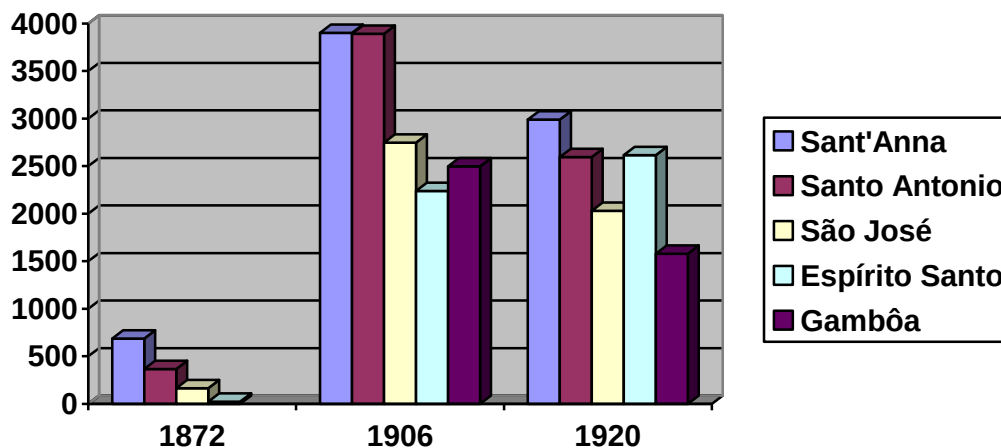
Muitos podem ter sido os motivos para essa alteração de perfil dos imigrantes italianos de 1906 a 1920, bem como a queda deste contingente. Primeiramente, temos a conjuntura da I Guerra Mundial, em que a Itália foi seriamente prejudicada. Em segundo lugar, é importante ressaltar as migrações interestaduais e intermunicipais, afinal, o Convênio de Taubaté, em 1906, pode ter atraído milhares de italianos para as regiões cafeeiras de São Paulo e das Minas Gerais, já que a maioria deles era solteira e jovem e não tardou em buscar oportunidades melhores. Além disso, havia também o sucesso do café no noroeste fluminense – em especial, Itaperuna – e a possibilidade de aquisição de novas terras, o que possibilitou que esses imigrantes também se deslocassem (MARTINS, 2009).

A princípio, acredita-se que estes italianos vão habitar as regiões mais próximas ao centro devido à proximidade com os locais de trabalho. Não é de se estranhar, portanto, que Sant'Anna seja o bairro maciçamente italiano. Deste modo, estes imigrantes conviverão ativamente com os negros, migrantes internos como os baianos e com prostitutas. Santo Antonio, São José e Espírito Santo também contarão com grande presença dos italianos em todos os censos, além de, a partir do Censo de 1906, a Gamboa ter participação significativa.

A própria prostituição pode ter sido um meio de sobrevivência que muitas mulheres italianas buscaram, uma vez que, como já apresentado, até 1906, havia notável desequilíbrio entre os sexos masculino e feminino, além de a maioria dos jovens ser

solteira. Esta questão pode ser encontrada na literatura, uma vez que Lima Barreto aponta a existência de prostitutas italianas na cidade do Rio de Janeiro, em 1904 ².

04. Os italianos e suas principais freguesias



Há autores que comentam que italianos aportados no Rio de Janeiro traziam consigo uma experiência vivida nas grandes cidades como Roma, Gênova, Nápoles e Florença, logo, apresentando um apego à cidade (WEYRAUCH, 2007). Porém, há de se relativizar esta informação, afinal, como já apresentado, vimos que a maioria esmagadora deste povo vivia no campo nesta época.

Ressalta nos estudos sobre imigração no Rio de Janeiro a análise da listagem de vapores no Arquivo Nacional sobre a entrada de imigrantes, uma vez que observarmos que os principais portos de saída são Gênova, Nápoles e Trieste. Porém, é importante compreender que eles não sejam necessariamente oriundos de tais cidades portuárias, ou mesmo das regiões próximas, mas sim que precisavam deslocar-se até elas para tomar a embarcação. O caminho percorrido até o embarque dificilmente é reconstruído, pois as listagens, em sua grande maioria, omitem a naturalidade. Pode-se afirmar, no entanto, que muitas vezes eram supra-regionais e até internacionais estes circuitos, uma vez que a própria documentação já referida apresenta a entrada de diversos italianos embarcados em portos franceses e ibéricos.

Milhares dos estrangeiros que se aventuravam ao cruzar os oceanos se auto-organizaram em terras estrangeiras, tendo em vista que não podiam contar com proteção

² BARRETO, Lima. "Um especialista". IN: **Contos Completos**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

do Estado Italiano e muito menos do Estado acolhedor. Assim, não havia opção senão buscar amparo entre seus conterrâneos ou nas Igrejas regionais.

Nesta perspectiva, não é de espantar a existência de 346 associações de auxílio-mútuo existentes entre 1903 e 1916, no Rio de Janeiro. Importante observar que, deste total, 27 entidades se apresentam como de auxílio mútuo com especificação de nacionalidade ou naturalidade, dentre as quais, as italianas *Liga Capitalar Fratellanza Italiana*, de auxílio mútuo, registrada em 11/02/1908, a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, registrada em 21/06/1907 e *Società Operaria Fuscaldense di Mutuo Soccorso Umberto I*, registrada em 30/04/1907 (FONSECA, 2008). Tal fato revela que, em alguns grupos o sentimento identitário nacional/regional impunha-se ao da categoria profissional.

A análise das associações italianas pode nos trazer indícios das origens destes imigrantes, afinal, como acima apresentado, havia uma associação de indivíduos de Fuscaldo – comuna localizada na Calábria, região pobre e predominantemente agrícola.

A bibliografia de apoio e as fontes já consultadas como os Censos, listagens de vapores e literatura de época nos permite observar que a maioria dos italianos estará em profissões humildes e braçais como jornaleiros e vendedores ambulantes, diaristas, engraxates, sapateiros, alfaiates etc. (MENEZES, 1996; TRENTA, 1989; WEYRAUCH, 2009). Menezes (1996) chega a classificá-los como os substitutos dos escravos-de-ganho quando se refere aos ambulantes. Os censos também apresentam o elemento estrangeiro com participação ativíssima no comércio, como guarda-livros, caixeiros e também artistas.

Principalmente, a distribuição de jornais é referenciada por alguns autores. Labanca (2010) cita a *Società di Beneficenza e Mutuo Soccorso degli Ausiliari della Stampa*, criada em 1906, pelo empresário Gaetano Segreto, com participação majoritária de italianos, quando já dominavam a distribuição de periódicos no Rio. Desta associação participaram figuras célebres como Vincenzo Perrotta – tendo sido distribuidor dos jornais *A manhã*, *A esquerda*, *A noite*, *o Globo*, dentre outros.

Se, por um lado, a miséria fazia com que esse imenso contingente de italianos partisse para outras terras em busca de trabalho, o capital por eles amealhado permitia, significativamente, que muitos dos seus conterrâneos não caíssem no desespero da fome, da imigração quase forçada e da falência. Isto porque os montantes de dinheiro enviado

das Américas para a Itália eram imensos, contribuindo para que não houvesse revoltas populares e para que se freasse o número de repatriados. Bertonha (2005: 112) comenta que foi o dinheiro dos emigrantes que permitiu a sobrevivência dos camponeses na Itália.

Chamamos a atenção para um ponto delicado que seria demarcar a heterogeneidade do grupo de imigrantes aportados no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. É evidente que nem todos os italianos que para cá emigraram eram miseráveis ou pobres. Muitos vinham com boa bagagem cultural e mesmo certo capital para investir, refletindo a falta de oportunidade que havia na Itália para as camadas médias. Outros, inclusive, conseguiam juntar dinheiro nas Américas e enobrecer, mostrando as possibilidades de mobilidade social à época.

Além disso, autores como Schiavo Weyrauch (2009) e Vanni (2000) apontam a existência de diversos artistas – como a cantora Adelaide Ristori – e importantes profissionais liberais como joalheiros, médicos e donos de companhias de navegação de transporte de imigrantes já no final do século XIX.

Muitos destes italianos estavam ligados à corte imperial ou à aristocracia local, lembrando que a própria imperatriz Tereza Cristina – italiana de Nápoles – apoiava pessoalmente a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Socorro*, criada em 1854. (WEYRAUCH. 2009: 86)

A significativa presença de italianos na Glória, considerando a especificidade socioeconômica do bairro como zona privilegiada, é uma demonstração evidente do sucesso desse grupo de imigrantes. Esta presença apresentou-se crescente ao longo dos censos do IBGE de 1872 a 1920 – mesmo com o decréscimo de número absoluto de italianos de 1906 a 1920 – chegando a englobar 1.486 indivíduos, ou 6,78% do total, neste último ano.

IV. Considerações finais

Como exposto, a Itália teve um complicado e elitista processo de unificação e o projeto vitorioso de união não foi diferente. Sustentado pelo elitista conde de Cavour – futuro primeiro-ministro italiano – tal projeto defendia a necessidade de completa fidelidade dos cidadãos, o fortalecimento do Estado e do militarismo.

Assim, não nos é estranho que em fins do XIX e início do XX, coincidam dois fenômenos: a imigração em massa e o surgimento de movimentos de nacionalismo

exacerbado, autoritários e que apoiavam a idéia de que a Itália buscasse explorar outros povos para o seu crescimento, sendo este o quadro precursor do autoritário e cruel fascismo – apresentando seu ápice com a chegada de Benito Mussolini ao poder, em 1919 – que conduziu a Itália a uma das piores crises econômicas, sociais e políticas de sua história

Muitos nacionalistas chegaram a defender a imigração como uma aliada do imperialismo italiano, buscando que conterrâneos se mudassem para os países explorados para assegurar a presença estrangeira em solo colonizado. Entretanto, tal movimento não teve tanta força – diferentemente do que ocorreu com franceses na Argélia, portugueses em Angola e ingleses na África do Sul – e o cerne da imigração italiana foi a busca por trabalhos dignos e por amealhar qualquer capital que fosse. A imigração para estes países foi considerável, sobretudo na Eritreia, mas não foi maciça como para as Américas ou para os países europeus.

A imigração italiana para o Rio de Janeiro não foi imensa como foi em São Paulo e nas regiões sulinas, mas há de se analisar o processo histórico que tais regiões viviam. São Paulo vivia um boom de industrialização e desbravamento das terras oeste, produtoras de café, enquanto os estados sulistas estavam abertos ao povoamento local, inclusive como meio de proteção que o Estado buscou contra as invasões dos vizinhos platinos.

O Rio de Janeiro, então distrito federal, principal centro urbano do país, oferecia um campo de trabalho ligado ao setor de serviços, à indústria, às atividades portuárias e ao comércio.

Nada menos estranho, então, do que, como já descrito, primeiramente, o perfil do imigrante italiano em solo carioca fosse um pouco distinto, já que não vinham em grandes famílias. Além disso, também não causa espanto perceber que estes italianos, tal como portugueses, realizavam qualquer trabalho braçal – muitos dos quais era negligenciado pelos brasileiros devido à imagem negativa difundida pela escravidão.

O que podemos observar, entretanto, é que um indivíduo pobre, à época, não estava eternamente condenado a tal condição. Houve notórios casos de ascensão social, e mesmo enriquecimento..

Com relação às associações italianas, elas podem trazer valiosas contribuições aos estudos imigratórios. O fato de existir uma associação de uma determinada comuna

– no caso, Fuscaldo, na Calábria – já aponta uma grande ligação desta parte dos imigrantes daquela nacionalidade, no Rio de Janeiro.

Intensificar e dinamizar os estudos migratórios é de indubitável importância, já que pouco se sabe sobre muitos grupos aqui aportados. Sendo assim, é preciso resgatar os dados e trajetórias destes imigrantes para enriquecer os trabalhos acadêmicos sobre o Rio de Janeiro e também para que a memória destes grupos não se esvaeça.

V. Bibliografia

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Brava Gente!** Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira & CHALHOUB, Sydney. **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARELLI, Mario. **Carcamano e Comendadores**. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919 – 1930). São Paulo: Ática, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1975.

CHALHOUB, Sydney. **Trabalho, lar e botiquim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis**. Associativismo no Rio de Janeiro, 1903 – 1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política (Volume 03). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. O *Risorgimento*. Notas sobre a História da Itália. (Volume 05). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. (Volume 06). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1870**. Paz e Terra, 1998.

LABANCA, Gabriel Costa. ***Società Beneficenza e Mutuo Soccorso degli Ausiliari della Stampa***: a organização da distribuição de periódicos no Rio de Janeiro do início do século XX. Publicado no Anais eletrônico da ANPUH-Rio 2010. http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276478824_ARQUIVO_artigo_socie_ta_anpuhrio2010_2.pdf

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro**. Do capital comercial ao industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Ismênia de Lima. Conferência apresentada na Mesa Redonda *Italianos no Brasil*. Arquivo Nacional / Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro, 2009.

MENEZES, Lená Medeiros. **Os indesejáveis**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre história, fotografias e objetos: imigração italiana e memória das mulheres**. Tese de doutorado em História Social, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil.”. IN: CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Cidades: Olhares e Trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

ROIO, José Luiz del (org.). **Trabalhadores do Brasil**. Imigração e Industrialização. São Paulo: Edusp, 1990.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. Volume 03.

TRENTO, Ângelo. **Os italianos no Brasil**. Premio, 2001.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989. ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VANNI, Júlio César. **Italianos no Rio de Janeiro**. A história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital do Império. Niterói (RJ): Comunità, 2000.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo; FONTES, Maria Aparecida Rodrigues e AVELLA, Aniello Ângelo. **Travessias Brasil Itália**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **Deus abençoe esta bagunça**. Imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro. Niterói: Comunità, 2009.